

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Presidencial nº 26, de 2016 (Mensagem nº 89, de 21/3/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

RELATOR “AD HOC”: Senador TASSO JEREISSATI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. RAUL DE TAUNAY é filho de Jorge d'Escragnolle Taunay e Mary Elizabeth Penna e Costa d'Escragnolle Taunay e nasceu em Paris, em 23 de março de 1949 (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso I, da Constituição de 1946).

Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1972, mesmo ano em que ingressou no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós graduou-se no Curso de Altos Estudos em 1996, quando defendeu a tese intitulada “O Fenômeno da Emigração Brasileira. Uma Contribuição às Práticas de Apoio e Proteção”.

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1974, ascendeu a Conselheiro em 1992 e a Ministro de Segunda Classe, em 2002. Passou a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2009.

Em sua profícua carreira, destaco aqui algumas das principais etapas. Em 1976, foi Encarregado do Consulado em missão transitória no Consulado em Caiena. Entre 1978 e 1979 foi Coordenador da Secretaria-Geral. Em 1982, foi Encarregado de Negócios na Embaixada em Abu Dhabi, em missão transitória. Em 1987, foi Chefe da Delegação brasileira na Reunião do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil, em Paris. Em 1989, chefiou nossa delegação na Quinta Reunião África-América Latina sobre Dívida Externa, no Cairo. Entre 1990 e 1993, foi Chefe, substituto, da Divisão da África II. Nesse intervalo, em 1992, foi Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Praia. De 1993 a 1997, foi Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral em Milão. Em 1994, foi Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Túnis. Em 1996, chefiou a delegação brasileira no Encontro Internacional da Associação de Emigrantes na Austrália e nas Américas de Villa Contarini, Piazzola Sul Brenta, Rubano, Itália. De 1997 a 1999, foi Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral em San Juan. Entre 1999 e

2003, foi Chefe, substituto, da Assessoria de Relações com o Congresso. No mesmo período, em 2002, atuou como Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Maputo. De 2003 a 2007, permaneceu em Roma, onde desempenhou a função de Ministro-Conselheiro. Entre 2007 e 2011, foi Embaixador do Brasil em Harare, que acumulou, no ano de 2008, com a Embaixada no Malaui. De 2012 a 2013, foi Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Iaundê. Em 2013, exerceu também a função de Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Malabo e na Embaixada em Trípoli. Continuou como Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Pyongyang, entre 2013 e 2014. De 2014 até o presente está lotado no Departamento do Serviço Exterior, período em que atuou como Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Tegucigalpa (2014), na Embaixada em Libreville (2014) e na Embaixada em Kuala Lumpur (2015).

Ao chegar em Harare, Zimbábue, para exercer a função de Embaixador do Brasil, o indicado, acompanhado de esposa e filha, deparou-se com um país mergulhado em guerra civil, ambiente de militarização constante, população vitimada pela disseminação da cólera. Mesmo assim, cumpriu a responsabilidade de manter a representação brasileira em pleno funcionamento, ao tempo em que convivia com o pavor da morte iminente. Para agravar a situação, os empregos da Embaixada do Brasil em Harare não tinham formação especializada para serviços contábeis nem expertise para prestação de contas.

Apesar dessas circunstâncias, o Tribunal de Contas da União, mediante o Acórdão nº 2989/2014, julgou regulares as contas de responsabilidade do indicado, após o término de procedimento de tomada de contas especial instaurado pelo Ministério das Relações Exteriores referente ao período em que atuou à frente da Embaixada do Brasil em Harare.

O diplomata recebeu, em 2005, a Medalha Marechal Zenóbio da Costa, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil; em 2006, a

Medalha João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras; e em 2009, a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República do Congo e sobre a República Centro-Africana, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República do Congo tem área de 342 mil km², ondem vivem 4,2 milhões de congoleses. Seu idioma oficial é o francês. Seu produto interno bruto (PIB), calculado em termos de poder de compra, em 2014, foi de 28,1 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 6.572 dólares. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,591, o que coloca o país em 136º lugar no panorama mundial.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Congo foram estabelecidas em 1980. Em 1982, o Presidente congolês Denis Sassou N'Guesso visitou o Brasil. Dois anos depois, realizou-se a I Sessão da Comissão Mista Brasil-República do Congo. Seguiram-se quase 20 anos sem troca de visitas ou reuniões bilaterais, em função do tumultuado quadro interno vivido pelo país africano. Tal dinâmica foi interrompida em junho de 2005, com nova visita do mandatário congolês ao País.

Em outubro de 2007, o então Presidente Lula fez a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, de luta contra a AIDS, de formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e de formação de recursos humanos e transferência de técnicas para apoio à produção de cana de açúcar.

A economia da República do Congo é baseada no setor petrolífero, responsável pela maior parte da renda e das exportações do país – mais de 90% do total exportado. A maioria dos campos de petróleo está

localizada offshore. A companhia francesa Total domina o setor. Empresas italianas e americanas também são importantes. O crescimento (ou queda) do PIB tem sido determinado por mudanças no preço do óleo. Apesar de estimativas indicarem que a produção de petróleo deve ter aumentado em 2015, a perspectiva é de que o setor entre em declínio nos próximos anos (prevê-se que a produção caia, nos próximos vinte anos, para 1/6 do atual volume). O Governo, nesse quadro, tem buscado diversificar a economia nacional. Uma das alternativas discutidas atualmente é a criação de zonas econômicas especiais para atrair investimentos externos. Para crescer, o país terá de superar, entre outros problemas, a ausência de infraestruturas adequadas.

Além do petróleo, a República do Congo possui potencial no setor mineral. Existe produção de diamante e de ouro, a qual tem sido limitada principalmente à mineração artesanal. Empresas podem adquirir direitos para o mercado de diamantes na fronteira com a República Centro-Africana. Estima-se que existam reservas de potassa e minério de ferro ao longo da seção sul da fronteira com o Gabão, a qual é acessível através da ferrovia Brazzaville-Pointe-Noire.

No que diz respeito às trocas comerciais, depois de dois anos recordes no comércio bilateral (2011 e 2012), com intercâmbio totalizando US\$ 308 milhões e US\$ 352 milhões, respectivamente, em 2013 as trocas começaram a decrescer e fecharam 2015 em pouco menos de US\$ 67 milhões. Apesar do decréscimo no fluxo de comércio, o Brasil vem mantendo superávit em relação ao Congo desde 2008. O Brasil exporta, sobretudo, carne de frango e de peru congelada, material elétrico (interruptores e circuitos), caixas de água e fogos de artifício. As importações brasileiras, por sua vez, estão concentradas em papaína (enzima alcaloide extraída do mamão, utilizada primordialmente pela indústria farmacêutica).

A dívida soberana da República do Congo foi objeto de Acordo de Reescalonamento aprovado pelo Senado Federal em 2013, seguido pela assinatura, em setembro de 2014, do respectivo contrato. No instrumento, foi estipulado um abatimento de 79% de uma dívida total de

US\$ 352 milhões e o pagamento do valor residual em vinte parcelas trimestrais.

Sobre a República Centro-Africana, registre-se também nesse relatório algumas informações transcritas do informe do Itamaraty. Cuida-se de um país de cerca de 623 mil km² no coração da África subsaariana. Sua população é de 4,6 milhões de habitantes. Seu PIB-PPP em 2014 foi de US\$ 2,9 bilhões, acarretando uma distribuição de PIB-PPP per capita de apenas US\$ 608 dólares. Seu IDH está em 0,350, o que coloca este país no último lugar no cenário mundial (187 países mensurados). É um país com grande miséria, com expectativa média de vida de 50,7 anos e apenas 36,8% de população alfabetizada.

Na República Centro-Africana, o quadro interno, caracterizado por episódios de instabilidade, governos autoritários, golpes de Estado e conflitos entre facções rivais, tem dificultado o estabelecimento de uma política externa com objetivos de longo prazo.

Nesse contexto, talvez a única constante na política externa do país seja o forte relacionamento bilateral com a França. A ex-metrópole interveio militarmente na República Centro-Africana em diversos momentos e tem exercido papel fundamental nas tentativas de superar a crise que tem afetado o país desde 2012.

Para além do campo militar, a presença francesa destaca-se também pela ajuda ao desenvolvimento e pelas relações econômicas. O país europeu também é importante parceiro comercial da República Centro-Africana, bem como um dos principais investidores no mercado centro-africano.

Estruturalmente frágil, a República Centro-Africana depende de outros países e de organizações internacionais para garantir o próprio funcionamento regular do Estado. A União Europeia é a principal fornecedora dos recursos que complementam o orçamento governamental. A ONU também tem presença significativa no país. Em novembro de 2015, o Papa Francisco efetuou visita à República Centro-Africana,

demonstrando o apoio da Santa Sé à estabilização e à transição democrática no país.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Centro-Africana ocorreu no dia 27 de abril de 2010. No momento, não há perspectivas de aprofundamento das relações bilaterais, tendo em conta a atual crise securitária centro-africana e, em particular, o fato de a União Africana ter suspenso a República Centro-Africana de suas atividades. Além do Comunicado Conjunto do Estabelecimento de Relações Diplomáticas, não há nenhum outro ato bilateral assinado.

O comércio bilateral entre os países é, ainda, incipiente. Embora as exportações brasileiras tenham mais que dobrado desde 2006, os valores envolvidos são insignificantes, tanto absoluta como relativamente. O Brasil exportou, em 2015, US\$ 1,7 milhão. As importações, por sua vez, são praticamente nulas, tendo somado, em 2015, apenas US\$ 42 mil. Não há registros de investimentos de empresas brasileiras na República CentroAfricana, tampouco de financiamentos oficiais brasileiros a exportações de bens e serviços para aquele país. Entre os setores com maior potencial para a atuação de empresas brasileiras destaca-se o setor de mineração. A República Centro-Africana é um país riquíssimo do ponto de vista mineral. Possui extensas reservas comprovadas e localizadas de ouro, diamante, titânio, cobalto, granito, areia, urânio, cobre, zinco, níquel, tório, zircônio e petróleo, além, naturalmente, de minério de ferro. À exceção do ouro e do diamante, cuja exploração é apenas artesanal, nenhuma das variadas riquezas minerais da RCA foi, até agora, explorada.

O Brasil efetuou, recentemente, duas doações de arroz para a República Centro-Africana, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU: mil toneladas, em novembro de 2012; e 250 toneladas, em junho de 2015.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 23 de junho de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Tasso Jereissati, Relator “Ad Hoc”